

Educação Profissional e Técnica no Brasil: considerações sobre o nível médio

Número 13 – março de 2021



1. Introdução

Apesar dos avanços recentes na área da educação, a população brasileira ainda é caracterizada por baixos níveis de escolaridade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNA-DC/IBGE), em 2019, 57% das pessoas com mais de 25 anos de idade não haviam completado o ensino médio, e 45% sequer chegaram a concluir o ensino fundamental. Entre as pessoas de 18 a 25 anos, grupo que deve estar se preparando para entrar ou que ingressou recentemente no mercado de trabalho, 37% não completaram o ensino médio. Essa pouca escolaridade da população e, em particular, dos trabalhadores, deve levar a uma baixa produtividade, que se converte em baixos rendimentos do trabalho e contribui para que grande parte dos indivíduos viva em situação de pobreza.

Neste contexto, ganham ainda mais importância os programas de ensino ligados à educação técnica e ao treinamento profissional, que podem ser formas mais rápidas de elevar o capital humano individual voltado para o mercado de trabalho, sobretudo para jovens que não podem ou não querem seguir para a educação superior.

Espera-se que esses programas (de forma subsequente ao nível médio, integrada ou concomitante) gerem benefícios aos seus participantes de forma a aumentar a produtividade individual e incentivar uma inserção mais qualificada ou mesmo garantir a permanência no mercado de trabalho. Tais benefícios podem se refletir na maior probabilidade individual de conseguir um emprego ao término do nível médio, bem como na possibilidade de garantir

Expediente

Projeto

Fortalecendo a cultura de políticas educacionais baseadas em evidências científicas

Policy brief

Educação Profissional e Técnica no Brasil: considerações sobre o nível médio

Tema

Educação Profissional e Técnica

Autores

Danielle Carusi Machado

Possui graduação e mestrado em Economia pela UFRJ e doutorado em Economia pela PUC-RJ. É pesquisadora associada do Centro de Estudos sobre desigualdade e Desenvolvimento - CEDE/UFF/UFRJ, tendo experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, educação e bem estar social.

Mauricio Cortez Reis

Possui graduação em Economia pela UERJ e mestrado e doutorado em Economia pela PUC-RJ. É co-editor da revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia dos Programas de Bem-Estar Social.

Graciele Pereira Guedes

Pós-doutoranda em Ciências Econômicas pela UFF. Possui mestrado e doutorado em Ciências Econômicas, ambos pela UFF, e graduação Cum Laude em Ciências Econômicas pela UFRJ. Tem experiência na área de Economia do Bem-Estar Social, atuando principalmente nos seguintes temas: emprego em serviços, cuidado aos idosos, trabalho feminino, transferência de renda e mercado de trabalho.

Estagiária

Isabela Helter

Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE)

Diretora

Claudia Maria Costin

Gerente Executiva

Tássia de Souza Cruz

Coordenadora

Deborah Rufino Lourenço

A produção desse informe de políticas públicas tornou-se possível graças ao financiamento do Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas.

uma melhor ocupação, com mais qualidade e retorno salarial. Além disso, os indivíduos que desejarem podem posteriormente seguir os seus estudos em um curso de nível superior.

O aumento do capital humano também pode extrapolar os benefícios individuais, na medida em que gera impactos para a economia como um todo. Do ponto de vista dos empregadores, uma força de trabalho mais qualificada e treinada aumenta a produtividade da firma e reduz os riscos e custos de contratação de um indivíduo cuja experiência profissional prévia não é de conhecimento da empresa, assim como reduz os custos de treinar um novo funcionário. A sociedade também se favorece com melhorias na formação profissional de sua população, visto que a maior produtividade dos participantes pode acarretar externalidades positivas, o aumento da renda pode gerar uma maior contribuição no pagamento de taxas e impostos, assim como deve possibilitar a elevação do consumo. Além disso, gastos sociais destinados ao pagamento de seguro desemprego podem ser reduzidos se a formação educacional propiciar uma redução na taxa de desocupação.

2. Cenário institucional da oferta do ensino médio técnico

No Brasil, a educação profissional desde seus primórdios era entendida como uma modalidade de ensino reservada às classes mais vulneráveis, que não tinham condições de prosseguir no ensino regular. Para os jovens, era voltada para cursos direcionados à formação para atividades manuais ou industriais. Para a população adulta, a ideia principal era formar para inserção no mercado de trabalho, requalificar no sentido de redu-

zir o desemprego e melhorar a inserção laboral. Por conta disto, o histórico da evolução das políticas de educação profissional mostra uma característica importante do quadro atual em que se encontra este ramo da educação: de um lado o foco recai sobre uma questão exclusiva de inserção laboral, e de outro lado recai numa prerrogativa mais assistencialista, de atendimento a jovens em condições de vulnerabilidade. As idas e vindas das políticas de qualificação profissional no Brasil mostram que, ao contrário de outros países, como Alemanha e Reino Unido, por exemplo, o entendimento da educação técnica ou na linha profissional como parte integrante da educação geral não é consensual. A educação profissional desenvolveu-se à margem do sistema educacional geral.

A Lei 9.394¹ de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por exemplo, estabelecia que a educação profissional deveria ser entendida como um curso de formação com três possíveis segmentos: qualificação profissional, educação técnica de nível médio e educação tecnológica de graduação ou pós-graduação. A qualificação profissional propriamente dita se desvinculava do ensino médio regular, tendo mais flexibilidade no currículo. Já a educação técnica de nível médio era desenvolvida, sobretudo nas chamadas Escolas Técnicas Federais, com um currículo menos generalista e mais técnico.

Em 2008, com a Lei no. 11.741, foram institucionalizadas ações de educação profissional técnica de nível médio. Os objetivos da educação profissional foram modificados bem como sua organiza-

ção curricular e pedagógica.² O Governo Federal aumentou os investimentos na rede de educação técnica e tecnológica e criou programas para desenvolver a educação profissional no Brasil, entre eles o Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302/07), o Profucionário (Decreto nº 7.415/ 2010), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (Lei nº 12.513/2011), a Rede e-Tec Brasil (Decreto n.7.589/2011) e a Ampliação da capacidade dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SESI, SENAC e SESC) [1].

O Programa Brasil Profissionalizado incentivou uma maior interface entre as políticas educacionais tradicionais e profissionais. Este programa garantia o financiamento para a ampliação do ensino técnico profissional nos sistemas de ensino estaduais. De acordo com MEC (2007), o Programa Brasil Profissionalizado enfatizava a educação científica e humanística, considerando os contextos sociais, culturais e econômicos locais. A partir desse programa, começaram a proliferar nos estados modelos e arranjos de ensino médio, considerando a educação profissional técnica nas modalidades integradas, concomitantes ou subsequentes. O Pronatec, de 2011, também contribuiu para expansão do ensino médio técnico na rede pública, sobretudo do federal.

Esta mudança no cenário institucional alterou o quadro de oferta de qualificação, sobretudo para o nível médio educacional. Observando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve um crescimento relativo do ensino médio integrado e profissional, com retração do ensino médio tradicional entre 2007 e 2019. Este movimento de expansão do ensino médio integrado e

¹ A redação dessa lei sofreu algumas alterações e, até o momento, a última modificação ocorreu em junho de 2014.

² Um pouco antes, em 2004, foi estabelecida a formação integrada do ensino médio técnico.

profissionalizante bem como da educação profissional foi mais intenso de 2008 a 2013. Entre os anos de 2015 e 2019, apenas o ensino médio integrado teve um crescimento significativo de 20,5%, seguido do pequeno aumento do ensino médio propedêutico.

Em termos de rede de distribuição das instituições de ensino, os principais responsáveis pelo ensino médio integrado ou profissionalizante são os governo federal e estadual, sendo que esse último teve enorme ampliação com as mudanças ocorridas no ano de 2005 que criaram alguns incentivos para incorporação do ensino médio técnico pelas redes estaduais de ensino. A rede estadual também responde majoritariamente pela oferta de ensino médio propedêutico.

Segundo dados da PNAD [2; 3], a maior parte dos estudantes do nível médio técnico estava matriculada em instituições de ensino público (48,1%, no ano de 2007, e 55,1%, no ano de 2014). Já as instituições de ensino particular também têm um papel importante: no ano de 2007, respondiam por 40,2% da frequência dos estudantes. Em 2014, este percentual caiu, pois houve um crescimento da participação das instituições do Sistema S (18,6%, em 2014). Olhando os dados das pessoas de 15 anos ou mais que já tinham frequentado curso técnico médio, grande parte das instituições de ensino era também de natureza particular ou pública. No ano de 2014, 46,8% das pessoas que disseram já ter frequentado este curso o tinham feito em instituições particulares e 39,1% em instituições públicas.

Os dados mostram, portanto, que existe um avanço na oferta de vagas no ensino médio profissional. A principal questão a ser respondida é entender se a expansão está atendendo os anseios dos alunos concluintes e, principalmente, se existem benefícios atrelados realização destes cursos.

3. Quem são os alunos que fazem ensino médio técnico?

Com base nos dados da Pesquisa Suplementar sobre Educação Profissional introduzida nas PNADs de 2007 e 2014 do IBGE³ é possível conhecer o perfil dos indivíduos que estavam frequentando ou já haviam frequentado o ensino médio técnico. Da mesma forma, a pesquisa possibilita o cruzamento das informações educacionais de cada indivíduo com suas variáveis de mercado de trabalho e características domiciliares. Também conseguimos analisar o perfil dos concluintes do ensino médio técnico de forma comparativa àqueles que não completaram ou não cursaram este tipo de escolaridade.

De acordo com os dados da **Tabela 1**, de 2007 a 2014 houve um aumento no total de estudantes do nível médio de 15 anos ou mais que frequentavam a modalidade técnica. Em 2007, dos 9 milhões de estudantes que frequentavam o nível médio, cerca de 294 mil cursavam o técnico. Já no ano de 2014, dos 9 milhões de estudantes do nível médio, 812 mil, aproximadamente, estavam cursando o técnico. O percentual de estudantes do nível médio de 2007 para 2014 passou de 3,3% para 9%. Houve um aumento relativo da abrangência do nível técnico no ensino médio, embora ainda represente uma parcela pequena do total de estudantes. Um desafio importante é entender porque o percentual de jovens que realizam estes cursos é baixo.

³ A PNAD é uma pesquisa domiciliar com representatividade nacional, realizada anualmente, cujas informações são referentes às características gerais da população, migração, educação, trabalho e rendimento. As características gerais da população, como, por exemplo, idade, sexo, condição no domicílio e escolaridade são pesquisadas para todas as pessoas, independentemente da faixa etária.

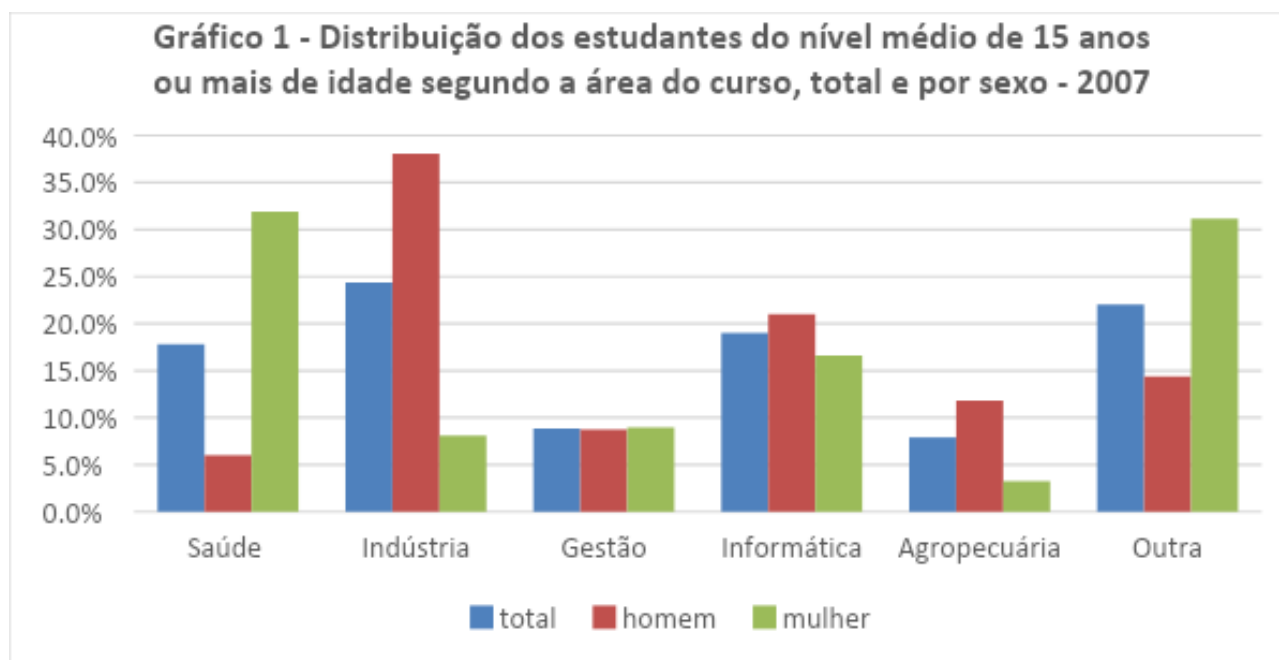
Tabela 1 – Estudantes de 15 anos ou mais de idade que frequentavam o nível médio

Ano	Não frequentava nível técnico médio	Frequentava nível técnico médio (a)	Total (b)	% (a)/(b)
2007	8.717.873	293.919	9.011.792	3,3%
2014	8.202.272	811.607	9.013.879	9,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2007 e 2014.

A taxa de realização de curso técnico tem um formato de U invertido segundo os grupos etários e, com isso, atinge percentuais mais altos nas faixas etárias intermediárias, principalmente em 2014. Cerca de 16,4% dos que tinham entre 25 e 35 anos e estavam frequentando o nível médio, cursavam o técnico. Possivelmente este fenômeno relaciona-se ao fato deste grupo de jovens já estar às voltas com o mercado de trabalho, preconizando estudos mais voltados para a inserção profissional. Também podem ser os jovens mais vulneráveis que tiveram dificuldades ao longo do sistema educacional tradicional. Na faixa etária menor (15 a 17 anos), este percentual é mais baixo (8,1%).

Nos dados de 2014, não temos as informações compiladas para as áreas dos cursos técnicos frequentados. Esta informação somente foi disponibilizada para o ano de 2007. Conforme visualizamos no **Gráfico 1**, dos estudantes de nível médio que frequentavam o técnico em 2007, uma parte significativa está em indústria e informática. É interessante notar, contudo, as diferenças por sexo. Enquanto grande parte das mulheres (32%) estava em curso técnico na área de Saúde ou Outros (31%), os homens direcionavam-se para os cursos ligados à indústria (38%) e informática (21%).



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2007 e 2014.

4. Os benefícios para os estudantes de realizar o ensino médio técnico

Após investigar de forma mais geral a educação profissional, cabe avaliar os resultados dos indivíduos que completaram um curso desse tipo no mercado de trabalho comparativamente àqueles que não cursaram, mas finalizaram o nível médio. Nesse

sentido, é interessante saber se a formação técnica também incentiva essa aproximação com o mercado laboral. Isto pode ser feito a partir dos dados do IBGE, seja dos suplementos das PNADs de 2007 e 2014 ou do caráter longitudinal da Pnad Contínua.

Tabela 2 – Indicadores de mercado de trabalho

Variáveis	Taxa de atividade	Nível de ocupação	Nível de desocupação	Taxa de desocupação
Maiores de 15 anos com nível médio que não cursaram curso técnico				
2007	79,7%	72,9%	6,8%	8,5%
2014	77,9%	72,5%	5,4%	7,0%
Maiores de 15 anos com nível médio que cursaram e que concluíram curso de nível técnico				
2007	86,6%	81,3%	5,4%	6,2%
2014	83,7%	78,1%	5,6%	6,6%
Maiores de 15 anos com nível médio que cursaram, mas não concluíram curso de nível técnico				
2007	66,7%	62,1%	4,6%	6,9%
2014	80,4%	71,5%	8,8%	11,0%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados das PNAD's de 2007 e 2014 do IBGE.

O grupo que tem os melhores indicadores de trabalho são os que cursaram o médio técnico comparativamente aos outros dois grupos: que fizeram apenas o médio ou que fizeram o técnico sem conclusão.

Os resultados mostram que, tanto em 2007 quanto em 2014, os indivíduos que concluíram o nível médio técnico apresentam taxa de atividade e nível de ocupação maiores que os demais indivíduos com ensino médio, mas que não completaram um curso de nível técnico. A conclusão de um curso de nível técnico também está associada a uma taxa de desemprego mais baixa em 2007 e 2014. O investimento em formação profissional, portanto, se mostra relacionado a um melhor desempenho no mercado de trabalho.

No que tange aos rendimentos do trabalho, em média, indivíduos que inves-

tiram em educação técnica profissionalizante, independentemente da modalidade, recebem salários mais elevados do que pessoas sem tais cursos. Para todas as regiões e anos, os indivíduos com mais de 15 anos e nível médio técnico ganham mais do que os que só fizeram nível médio. Em regiões onde os cursos são mais difundidos o incremento salarial associado sua conclusão ou ao trabalho na área de especialização é menor. Em 2014, enquanto no Sudeste os trabalhadores que realizaram nível técnico ganhavam 17% a mais que os que não o tinham realizado no Norte esta diferença chega a 44%. Isso pode estar associado à escassez de mão de obra com essas capacitações em regiões menos dinâmicas e com uma população menos escolarizada (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Diferencial do rendimento médio do trabalho principal, segundo a realização ou não de curso técnico nível médio, para o Brasil e por Grandes Regiões

	2007	2014
Norte	1,28	1,44
Nordeste	1,38	1,27
Sudeste	1,10	1,17
Sul	1,11	1,08
CO	1,32	1,29
Brasil	1,16	1,23

Fonte: elaboração própria com base nos microdados das PNADs 2007 e 2014 do IBGE.

Um outro olhar pode ser adotado utilizando o caráter longitudinal da PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Conseguimos comparar aqueles que concluíram um curso técnico

de nível médio no intervalo de um ano e os que permaneceram sem um curso desse tipo. Com isso, fizemos uma avaliação dos resultados para um período curto após a conclusão do curso técnico (Tabela 4).

Tabela 4 – Indicadores de mercado de trabalho (PNAD contínua)

Variáveis	Taxa de atividade	Nível de ocupação	Nível de desocupação	Taxa de desocupação
Indivíduos com idade entre 15 e 35 anos com nível médio, mas sem curso técnico	75.13	59.83	15.3	20.37
Indivíduos com idade entre 15 e 35 anos que concluíram curso de nível técnico	84.81	68.88	15.93	18.79

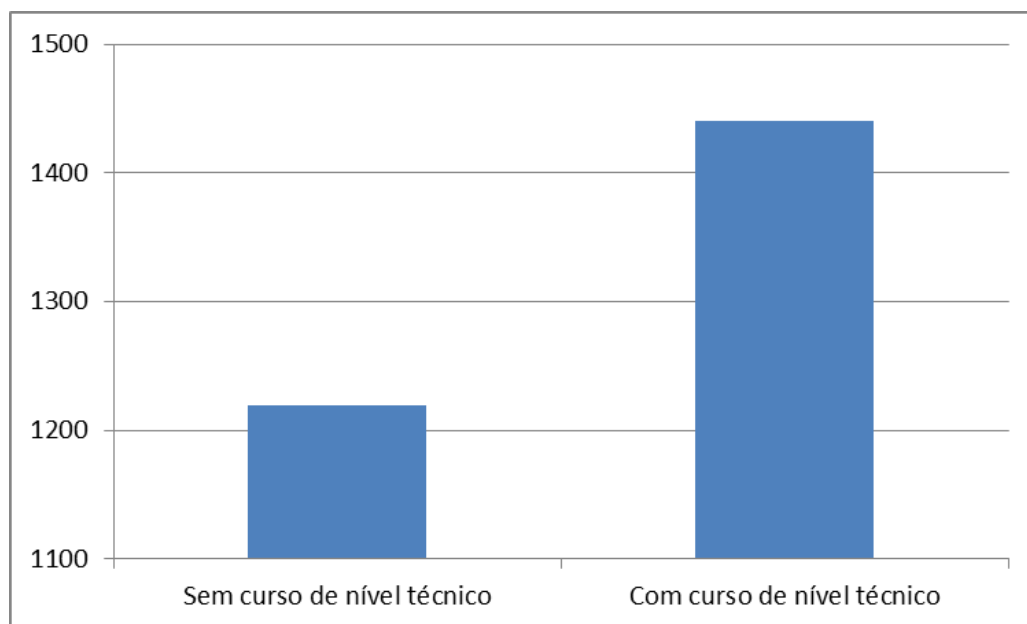
Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD contínua do IBGE.

Entre os jovens, os que concluíram um curso técnico de nível médio conseguiram uma vantagem substancial em relação aos que também possuíam nível médio de escolaridade, mas sem curso técnico. Para o primeiro grupo, a taxa de atividade e o nível de ocupação são cerca de 10 pontos percentuais maiores em relação ao segundo grupo. Os que concluíram um curso técnico também apresentam uma taxa de desocupação menor (20,4% contra 18,8%).

Para os que concluíram um curso técnico de nível médio os rendimentos

são 20% maiores do que para indivíduos com o mesmo nível de escolaridade formal, mas sem um curso técnico. Portanto, tanto em termos das probabilidades de participação e de ocupação quanto da média de rendimentos, os resultados são favoráveis aos que completaram um curso técnico. Esse tipo de formação se mostra particularmente interessante para os jovens, que normalmente têm mais dificuldades no mercado de trabalho, com benefícios que podem ser usufruídos em um curto prazo.

Gráfico 2 – Rendimento médio do trabalho principal em Reais segundo a realização ou não de curso técnico nível médio (PNAD contínua – Brasil)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua.

5. Os desafios do Ensino Técnico no Brasil

Apesar dos benefícios proporcionados para os trabalhadores, conforme vimos, e provavelmente para as firmas, os cursos de nível técnico no Brasil ainda são feitos por uma parcela relativamente pequena da força de trabalho. Um desafio que se coloca, portanto, é a expansão desse tipo de curso, atraindo mais interessados, para que a sua representatividade seja aumentada a exemplo do que se observa nos países desenvolvidos ou mesmo no Chile [4]. Essa expansão deve ocorrer de tal forma a suprimir o melhor o mercado de trabalho. As evidências, porém, indicam um descasamento entre a formação proporcionada pelos cursos técnicos e as demandas das firmas.

Quando olhamos as aspirações por faixa etária, percebe-se que há um grande desinteresse pela qualificação profissional, que se intensifica com o aumento da idade. Para as duas faixas de idade mais jovens, onde os indivíduos estão tomando

suas decisões quanto aos investimentos educacionais, mais de 64% dos entrevistados disseram não ter interesse nessas capacitações – algo preocupante do ponto de vista da oferta de mão de obra. Essa informação pode estar associada ao histórico da educação profissional no Brasil que sempre foi vista como destinada aos menos favorecidos e atrelada a um grande preconceito social. Essa situação pode ser ainda reforçada se considerarmos que a educação profissional é vista por muitos estudantes como o fim da linha na sua trajetória educacional, que embora ofereça uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, impede ou dificulta que sigam os seus estudos em nível superior. Isso, porém, não parece verdade. De acordo com dados do SAEB 2019, os alunos das escolas técnicas tiveram desempenho bem melhor, em média, do que os alunos do ensino médio regular.

Entre os indivíduos que manifestaram interesse nos cursos de educação profissional, a falta de oferta, ou seja, falta de

vagas, escolas ou cursos, foi apontada como mais relevante entre os mais jovens. A dificuldade financeira também se revelou importante ao atingir mais de 15% da população até a faixa etária de 25 a 35 anos

segundo dados de 2007. Para os dados de 2014, este percentual foi maior que 25% em quase todas as faixas etárias, sendo mais intensa a falta de recursos entre os mais jovens.

Tabela 5 – Distribuição das pessoas que nunca cursaram nível técnico e os motivos de não frequência a cursos*, por faixa etária

Variáveis	Total	Faixa etária					
		15 a 17	18 a 24	25 a 35	36 a 45	46 a 55	56 +
Ano de 2007							
Motivo de não frequentar:							
Falta escola c/ curso na região	4,3%	6,6%	5,8%	4,8%	3,9%	2,3%	1,5%
Falta de vaga no curso	0,5%	1,2%	0,7%	0,6%	0,5%	0,3%	0,1%
Não havia o curso desejado	2,5%	2,4%	2,8%	2,6%	2,6%	2,1%	1,3%
Falta de recursos (era pago)	12,6%	19,1%	17,2%	15,0%	10,8%	6,4%	2,9%
Não havia interesse	70,3%	62,3%	64,0%	66,3%	71,6%	79,7%	87,5%
Outro	9,8%	8,5%	9,4%	10,7%	10,6%	9,1%	6,7%
Ano de 2007							
Motivo de nunca ter frequentado:							
Falta escola c/ curso na região	5,1%	7,5%	6,9%	5,6%	4,7%	2,8%	2,5%
Falta de vaga no curso	0,5%	1,0%	0,6%	0,6%	0,6%	0,4%	0,2%
Não havia o curso desejado	2,3%	2,6%	2,4%	2,5%	2,3%	2,2%	1,3%
Falta de recursos (era pago)	12,7%	20,3%	17,0%	15,1%	11,1%	7,3%	4,1%
Não havia interesse	74,6%	64,8%	69,3%	71,1%	76,0%	81,6%	87,4%
Outro	4,8%	3,8%	3,8%	5,1%	5,4%	5,7%	4,5%
Ano de 2014							
Motivo de não ter feito							
Falta escola c/ curso na região	10,1%	13,3%	11,8%	9,9%	9,2%	8,8%	8,7%
Falta de vaga no curso	3,6%	6,1%	4,2%	3,3%	3,3%	3,1%	4,1%
Não havia o curso desejado	5,0%	8,6%	5,5%	4,9%	4,4%	5,0%	5,0%
Falta de recursos (era pago)	27,8%	29,1%	28,9%	28,8%	27,3%	25,2%	19,7%
Não há trabalho na área do curso na localidade	0,4%	1,2%	0,4%	0,4%	0,5%	0,3%	0,4%
Não ter nível de instrução necessário para o curso	2,0%	4,2%	3,4%	1,5%	1,5%	1,6%	1,3%
Dificuldade em conciliar com o trabalho que exerce	30,7%	10,4%	25,5%	31,5%	35,2%	36,0%	26,4%
Dificuldade em conciliar com as atividades domésticas	9,8%	6,4%	6,7%	11,2%	10,3%	10,1%	15,8%
Falta decidir sobre a área do curso a fazer	5,9%	14,1%	8,3%	4,8%	4,6%	4,2%	9,4%
Outro	4,6%	6,6%	5,4%	3,5%	3,8%	5,6%	9,2%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2007 do IBGE.

*Para o ano de 2007, restringimos o universo aos que não fizeram curso técnico de nível médio, contudo, a pergunta dos motivos de não frequência não é específica ao curso técnico pode igualmente se referir a qualquer curso profissional.

** Para o ano de 2014, também restringimos o universo aos que não fizeram curso técnico de nível médio, contudo, a pergunta dos motivos de não frequência não é específica ao curso técnico pode igualmente se referir a qualquer curso profissional.

Logo, o acesso ao crédito ou auxílio educacional e a ampliação da oferta são políticas públicas necessárias nesse sentido, mas não tão fundamentais quanto uma política de conscientização da importância do ensino profissional tanto como investimento em capital humano quanto como instrumento necessário ao desenvolvimento econômico do país.

Observando as motivações para o ingresso a curto prazo, a partir da PNAD Contínua conseguimos acompanhar um indivíduo de um ano para outro. Analisamos, portanto, a influência de diversos fatores sobre a decisão de ingressar em um curso técnico de nível médio. Os resultados também mostram que a probabilidade é maior para as mulheres e para os negros, e que os indivíduos que já concluíram o ensino médio são os que apresentam maior probabilidade de ingresso em um curso técnico. Nas áreas urbanas, a probabilidade de passar a frequentar um curso técnico é maior que nas áreas rurais, mas não são identificadas diferenças das capitais das UFs em relação às demais cidades. Em todas as regiões mostradas a probabilidade de ingresso é maior que na região Norte, mas chama atenção o fato da região Sudeste registrar o menor diferencial. Dado o dinamismo econômico dessa última região, o resultado sugere uma escassez na oferta relativa de cursos desse tipo.

Para a amostra de filhos ou enteados, exploramos a influência das características da família. Os resultados, porém, mostram que a escolaridade, a idade e a situação do(a) chefe do domicílio no mercado de trabalho não tem efeito sobre o ingresso dos jovens em cursos técnicos. Os resultados das regressões reforçam as evidências da PNAD 2007 de que recursos financeiros ou mesmo a disponibilidade de cursos na região de residência tem uma influência limitada para a baixa frequência em cursos técnicos de nível médio. O que-

sito sobre os motivos de não ter frequentado curso técnico de nível médio com maior percentual de respostas foi “falta de interesse”. Na PNAD de 2014, não tínhamos este quesito aberto, todavia, as dificuldades para esta faixa etária parecem ser dificuldade de compatibilização, falta de recursos e oferta de vagas na localidade. Com a PNAD Contínua, a principal dificuldade parece mesmo a capacidade de atrair o interesse dos potenciais alunos.

Uma outra forma de tentar entender a demanda por estes cursos é analisar a evasão dos alunos. Este não se mostra um problema importante, visto que grande parte dos ingressantes finalizaram o curso técnico de nível médio. Em 2007, 87% dos que tinham feito curso técnico de nível médio concluíram o curso. No ano de 2014, este percentual foi de 93%. A taxa de conclusão do curso somente era mais baixa para os mais jovens de 15 a 17 anos. Mesmo assim, o percentual de concluintes sempre foi superior a 60%.

A partir dos dados da PNAD, é possível identificar os motivos pelos quais os indivíduos com mais de 15 anos que frequentaram no nível médio não finalizaram o curso. Analisamos estes motivos conforme a faixa etária. Notamos que, para o ano de 2007, os motivos mais importantes para os mais jovens não finalizarem o curso são a insatisfação com o curso (31,4%) ou problemas familiares (32,7%). A insatisfação com o curso é um problema para todas as faixas etárias. Nas demais faixas etárias também se sobressai a questão de problemas financeiros.

Para o ano de 2014, a dificuldade financeira parece ser também um problema para os mais novos, todavia, 25,5% dos jovens de 15 a 17 anos respondem que faltou motivação, pois o curso não trazia os conhecimentos que esperava. Para as faixas etárias mais velhas, se destacam os problemas financeiros e as incompatibilidades com o trabalho ou outras atividades.

Tabela 6 – Distribuição das pessoas que cursaram nível técnico e os motivos de não terem concluído, total e por faixas etárias

Variáveis	Faixa etária						
	Total	15 a 17	18 a 24	25 a 35	36 a 45	46 a 55	56 +
Ano de 2007							
Motivo de não concluir:							
Problemas financeiros	23,5%	0,0%	23,1%	26,0%	22,6%	24,3%	22,4%
Local do curso	4,5%	0,0%	5,9%	4,1%	5,0%	3,0%	5,1%
Conteúdo do curso incompatível com o mercado de trabalho	1,6%	0,0%	1,7%	0,9%	0,6%	2,8%	1,6%
Insatisfação com o curso	22,5%	31,4%	29,1%	26,8%	15,0%	22,3%	19,9%
Não conseguia acompanhar as aulas	8,8%	18,0%	6,8%	5,7%	9,9%	7,8%	11,4%
Problemas familiares	8,9%	32,7%	2,5%	12,2%	9,8%	8,3%	9,3%
Problemas de saúde	3,2%	0,0%	2,0%	2,9%	4,8%	3,7%	3,1%
Outro	27,0%	18,0%	28,8%	21,4%	32,3%	27,8%	27,1%
Ano de 2014	Total	15 a 17	18 a 24	25 a 35	36 a 45	46 a 55	56 +
Motivo de não concluir							
Dificuldade financeira		21,9%	16,4%	20,7%	16,3%	16,0%	19,3%
Dificuldade de acesso ao local do curso		7,5%	6,1%	5,0%	4,3%	1,8%	0,6%
Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos		8,8%	3,9%	6,4%	10,0%	12,9%	11,4%
Dificuldade de cumprir o horário do curso devido ao trabalho ou outro impedimento		8,7%	16,0%	17,1%	13,1%	19,3%	16,0%
Falta de tempo para estudar devido s atividades ou problemas domésticos		0,0%	3,9%	6,9%	7,4%	6,3%	6,9%
Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento		7,4%	14,9%	11,2%	15,4%	14,5%	15,5%
Dificuldade em acompanhar as aulas porque o curso é muito difícil		7,4%	3,0%	2,8%	4,6%	6,0%	1,5%
Falta de motivação porque o curso não trazia o conhecimento que esperava		25,5%	16,6%	10,5%	9,1%	6,9%	10,0%
Problema de saúde ou deficiência(física ou mental) da própria pessoa		0,0%	2,0%	2,7%	2,1%	4,9%	0,6%
Outro		12,8%	17,3%	16,6%	17,6%	11,6%	18,2%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2007 do IBGE.

Para que o curso técnico seja efetivo é importante que o indivíduo exerça uma atividade em que aplique os conhecimentos que adquiriu. Segundo os dados das PNADs de 2007 e 2014, do conjunto de indivíduos que tinham o nível médio técnico, apenas uma parcela de pouco mais de 50% no Brasil e para cada região exerceu ou exercia trabalho na área do curso que tinha feito. Há um percentual de trabalhadores não incluídos na área de formação técnica realizada. Assim, uma proporção

elevada dos que concluem cursos técnicos de nível médio provavelmente não aplica uma parcela importante dos conhecimentos adquiridos durante esses cursos. Este fenômeno pode estar associado à maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mas igualmente à expansão do número de pessoas que se inseriram nesta forma de escolaridade, ampliando mais a heterogeneidade do público atendido.

Daqueles que se inseriram no mercado de trabalho na área do curso, é interessante

destacar que apontam como atributos para seu desempenho profissional o conteúdo adequado dos cursos e a certificação.

Portanto, é válido investigar quais são as razões atribuídas para isso. A Tabela 7 exibe os motivos alegados pelos indivíduos que concluíram curso de nível técnico, mas que nunca trabalharam na área de formação concluída.

No ano de 2007, 27,9% das pessoas alegaram que não trabalharam na área do curso, pois não encontraram vagas, assim como outros 40% aceitaram uma oportunidade melhor de trabalho. Também chama a atenção o fato de que 11% dos indivíduos não chegaram a trabalhar na área do curso técnico para continuar os estudos, ou seja, seguir para o ensino superior.

Tabela 7 – Percentual de pessoas segundo os motivos para não ter trabalhado na área da capacitação técnica – 2007 e 2014

Motivos	
Nível Técnico 2007	
Continuação dos estudos	10,8%
Falta de vagas na área	27,9%
O curso não preparou para o trabalho	1,8%
O certificado ou diploma não ser aceito pelo empregador	0,5%
Exigência de experiência	7,1%
Surgiu outra oportunidade melhor de trabalho em outra área	40,1%
Outro	11,7%
Nível técnico 2014	
Falta de vaga para trabalhar na área do curso	25,4%
O curso não preparou bem para o trabalho	1,7%
Exigência de experiência na área	6,5%
Não ter conseguido formar o próprio negócio na área	0,8%
Falta de aceitação do diploma	0,5%
Ter conseguido emprego em outra área	26,6%
Continuar os estudos	9,8%
Falta de interesse em trabalhar na área	20,4%
Problema doméstico	2,7%
Problema de saúde ou deficiência(física ou mental) da própria pessoa	0,6%
Outro	5,0%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2007 do IBGE.

No ano de 2014, os mesmos motivos permaneceram como determinantes para não trabalharem na área do curso: 25,4% declararam não encontrarem vagas e 26,6% declararam ter conseguido vaga em outra área. Também se destaca a falta de interesse em trabalhar na área (20,4%) e o percentual de 9,8% que diz que deu continuidade aos estudos.

Essas alegações sugerem que há problemas no alinhamento entre a capacitação de nível técnico que o mercado de trabalho necessita e a oferecida pelos cursos. Esse descasamento leva a desperdícios de recursos tanto do ponto de vista do trabalhador quanto para a sociedade. Logo, é necessário que o governo e as instituições privadas que oferecem cursos técnicos

saibam captar que tipo de formação o mercado está exigindo, se mantenham atualizadas sobre essa demanda, e incentivem a população a realizá-los.

O percentual não desprezível de pessoas que concluíram uma formação técnica e, no entanto, deixaram de trabalhar em ocupações com essa exigência de conhecimentos, pode ser uma fonte negativa de incentivo para que outros indivíduos busquem tais formas de capacitação.

6. Considerações finais

Mostramos que os cursos técnicos de nível médio oferecem benefícios significativos para os indivíduos no mercado de trabalho. Comparando indivíduos que fizeram curso médio de nível técnico com aqueles que não fizeram verificamos maior participação no mercado de trabalho e maiores rendimentos. Este resultado se confirma com os dados das PNADs de 2007 e 2014 e com a análise longitudinal empreendida com os dados da PNAD Contínua.

Apesar desse resultado, a proporção de trabalhadores que concluíram cursos técnicos de nível médio ainda é muito baixa no Brasil. São inúmeras as razões apontadas que podem justificar este cenário. Um primeiro ponto a ser destacado é a possível falta de interesse por parte dos jovens de seguir uma carreira de curso técnico de nível médio. A falta de interesse pode se relacionar estrutura de oferta de cursos que vem sendo oferecida ou até a uma questão de miopia do que estes cursos podem trazer em termos de benefícios futuros. Esta miopia pode piorar à medida que parte do conteúdo dos cursos oferecidos muitas vezes não é utilizada para a inserção no mercado de trabalho. A partir dos dados da PNAD, verificou-se que há um percentual de trabalhadores não incluídos na área de formação técnica realizada.

Dentre os concluintes dos cursos muitos destacaram que existe um elevado grau de descasamento entre a formação de nível técnico e a sua ocupação. É claro que aplicar os conhecimentos adquiridos nos cursos técnicos ou profissionalizantes no mercado de trabalho é ainda mais vantajoso para os trabalhadores, na medida em que se observa um rendimento mais elevado para essas pessoas. Logo, o alinhamento entre as qualificações dos profissionais e suas ocupações parece gerar benefícios salariais. Desta forma, é importante que a oferta de cursos técnicos seja capaz não apenas de atrair o interesse dos alunos, mas também satisfazer as necessidades do mercado de trabalho.

Neste ponto, portanto, alguns caminhos podem ser pensados à luz do que aconteceu no Brasil em termos de evolução do sistema educacional e das experiências locais ou internacionais. Primeiro, em termos institucionais, verificamos que no Brasil a educação profissional sempre foi posta à margem do sistema educacional geral, o que, certamente pode ter gerado sua desvalorização. Com exceção do ingresso em escolas técnicas federais, bem seletivas, a trajetória de jovens à margem do sistema educacional para cursos profissionais ou que não seguiam o ensino médio tradicional ou depois, o ensino superior, era desvalorizada por determinados segmentos da sociedade. A partir dos anos 2000, ocorreram mudanças institucionais que podem, de certa forma, contribuir para uma melhora desse cenário, tais como a inserção de alguns elementos da educação técnica/profissional no âmbito do sistema educacional. A reforma do ensino médio, por exemplo, tem como uma das suas prerrogativas a possibilidade de se pensar uma trajetória formativa que incorpore aspectos técnico/profissionais. Por outro lado, alguns programas no início

dos anos 2000, contribuíram para ampliação da rede pública de ensino profissional em alguns estados. Por fim, vale destacar que um programa que segue a linha vocacional de educação profissional seguida em países como Alemanha e Áustria [5], o Programa Jovem Aprendiz, pode ser um embrião para se pensar em como atrelar o conteúdo de cursos aos requisitos das trajetórias profissionais.

Este Programa está ancorado na Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) que determinou que empresas de médio e grande porte contratem jovens com idade entre 14 e 24 anos na condição de aprendizes. O contrato de trabalho podia durar até dois anos e, durante esse período, o jovem seria capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. Ou seja, a aprendizagem ajudava os jovens a adquirirem habilidades profissionais e terem mais facilidade na transição escola-mercado de trabalho. No Brasil, a

experiência do Jovem Aprendiz contribuiu para inserção de jovens no mercado de trabalho, no entanto, em muitos casos, a aprendizagem profissional recebida não parece ter sido contínua. De acordo com IPEA [6], muitos dos jovens aprendizes migram das empresas onde iniciaram o programa ou mudam sua trajetória. Isto decorre, possivelmente de uma não adequação da trajetória de qualificação do jovem a suas possibilidades ou expectativas de mercado de trabalho. Ou, pensando de outra forma, a não oferta de trajetórias profissionais por parte das empresas que os atraíam. Enfim, certamente, a qualificação da forma como tem sido oferecida nestes moldes ainda não é vista de forma ampliada e contínua por parte dos jovens e até mesmo, por parte das empresas. Talvez a mudança operante no nível médio e a maior preocupação com trajetórias educacionais possa vir a potencializar um vínculo mais forte entre empresas e o sistema educacional.

Referências bibliográficas

1. OLIVEIRA, A. C., & CÓSSIO, M. F. O Atual Cenário da Educação Profissional no Brasil. XI Congresso Nacional de Educação 2013. Acesso em julho 2020: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8126_4720.pdf
2. IBGE. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007. Suplemento de educação profissional.
3. IBGE. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014. Suplemento de educação profissional.
4. SCHWARTZMAN, S., & CASTRO, C. M. Ensino, formação profissional e a **questão da mão de obra**. Ensaio: *aval.pol.públ. Educ.* [online]. 2013, vol.21, n.80, pp.563-623.
5. VIOTTI, M. L. R., et al. Educação profissional e tecnológica na Alemanha: o sistema dual de ensino. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Mundo afora: educação profissional e tecnológica #14**. Educação profissional e tecnológica. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016. p. 26-45.
6. IPEA. A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho: uma análise com base na RAIS. Relatório de Pesquisa. IPEA. 2016. Acesso em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7404/1/RP_Aprendizagem_2016.pdf